

ABORTO, IGREJA CATÓLICA E MOVIMENTO FEMINISTA NOS ANOS 1980: UMA CRUZADA DE VALORES

Aline Roes Dalmolin¹
Unisinos

Resumo:

O presente trabalho, inserido na investigação que desenvolvemos em nossa pesquisa de doutorado, enfoca as relações entre Igreja Católica e Movimento Feminista nas primeiras décadas dos anos 1980 (1980-1984), visibilizadas através do discurso da imprensa confessional sobre o aborto. O artigo aborda, portanto, o contexto do feminismo e do catolicismo no início dos anos 1980, a fim de compreender a instância de produção social que torna possível o estabelecimento dos discursos “a favor da vida” e “pelo direito de escolha”, que polarizam a abordagem da questão do aborto na mídia de um modo geral. O recorte histórico compreende, portanto, o período que vai da visita de João Paulo II ao Brasil (1980) – momento de grande enfoque midiático sobre a Igreja Católica – ao término do regime ditatorial (1984). A escolha do período se dá, sobretudo, por ser neste momento que se consolida o movimento feminista brasileiro enquanto centrado em suas demandas específicas, entre elas a polêmica questão do aborto, suscitando um rompimento entre Igreja Católica e Movimento Feminista que, antes unidos em torno da oposição ao regime militar, passam a evidenciar através de seus órgãos de imprensa suas divergências em relação às questões referentes à sexualidade e à reprodução. Nos anos 1980, a questão do aborto passa a pautar diversas proposições no Congresso Nacional, provocando reação por parte de setores do catolicismo, que lançam mão de seus periódicos no sentido de estruturar uma espécie de “resposta” ao tema. As revistas católicas, nesse contexto, irão reportar uma instância particular dessa interação, que envolve campo midiático, campo religioso e processo de transformação das relações sociais.

Palavras-chave: Igreja Católica, movimentos sociais, história da imprensa, aborto, revistas católicas

Introdução

Neste trabalho, buscamos situar um contexto bastante particular no qual se delineia a instauração no país de um dos mais polêmicos debates contemporâneos: a questão do aborto. Mais especificamente, enfocamos o momento no qual a pauta ganha corpo na mídia nacional, fruto de uma intensa articulação entre atores sociais e instituições que protagonizam os dois lados que radicalizam seus posicionamentos em relação ao assunto. Nos anos 1980, Igreja

¹ Mestre e doutoranda do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, jornalista, bolsista Capes e integrante do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo do CNPq. E-mail dalmoline@gmail.com

Católica e movimento feminista² passam a evidenciar suas divergências quanto às questões de natureza sexual e reprodutiva, defendendo posições opostas em relação ao suposto direito de uma mulher interromper voluntariamente sua gestação. Essa polarização do discurso pode ser capturada em revistas católicas veiculadas naquele momento, a exemplo das matérias publicadas em *Rainha*³ e *Família Cristã*⁴, tomadas como objeto de análise em pesquisa de doutoramento. Neste artigo, especificamente, iremos centrar o foco no contexto histórico que circunda este embate discursivo, relegando o discurso das revistas para uma análise mais apurada a ser feita num momento posterior⁵.

É importante ressaltar que nosso interesse específico de abordar a questão do aborto não se dá no escopo dos estudos de gênero, direcionamento que engloba uma considerável fatia das pesquisas voltadas ao tema produzidas no país, nem busca se alinhar a uma perspectiva de estudo dos movimentos sociais brasileiros (PEDRO, 2006). Tampouco estamos aqui interessados em descobrirmos “quem está com a razão” nem tomar partido nesta polêmica, a exemplo de muitos dos chamados “estudos feministas” desenvolvidos na academia. Centramos nosso foco em trilhar um pouco do fluxo das ideias que consolidam na sociedade brasileira oitentista uma polêmica que se desdobra na atualidade, inclusive chegando ao ponto de monopolizar o debate político de nossa última eleição presidencial (PIERUCCI, 2011). Esta se trata, portanto, de uma história que é conjugada no momento presente, a ser confrontada em nossa tese às perspectivas do jornalismo católico de revista.

Catolicismo brasileiro nos anos 1980

² Aqui é preciso ressaltar que consideramos as múltiplas nuances de grupos, orientações e coletividades que constituem o movimento feminista no Brasil, mas que para fins práticos tomaremos como uma unidade afim de que possamos compreendê-lo enquanto discurso orientado na defesa dos direitos da mulher, especialmente quanto ao direito de decidir sobre sua vida reprodutiva.

³ Fundado em 1923, *Rainha* é o principal veículo de comunicação da Sociedade do Apostolado Católico (padres palotinos) no país. Publicada em Porto Alegre, sua circulação se dá nacionalmente sob o modelo de assintaturas, com tiragem mensal de aproximadamente 60 mil exemplares nos primeiros anos da década de 1980. No entanto, em 1973 ela consolida-se como “a maior revista do Sul do Brasil”, atingindo vendagem recorde de 130 mil exemplares. Sobre a revista, conferir trabalho anterior meu (DALMOLIN, 2007).

⁴ *Família Cristã* vem se destacando há décadas como a revista católica de maior tiragem no país, tendo atingido o recorde de 217 mil exemplares na década de 1980. Fundada em 1934 pela Sociedade Filhas de São Paulo (irmãs paulinas), também circula através de assinaturas, tendo sua sede na cidade de São Paulo. Nos anos 1980, ela passa a ser impressa no parque da Editora Abril atingindo um nível superior de qualidade editorial em relação a suas congêneres. Sobre *Família Cristã*, consultar as dissertações de Puntel (2006) e Silva (2002).

⁵ As ideias contidas neste texto serão melhor trabalhadas no capítulo 3 de nossa tese de doutorado, intitulada provisoriamente “*O discurso sobre aborto em revistas católicas: Rainha e Família Cristã (1980-1984)*”, que vem sendo desenvolvida desde 2008 no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, sob orientação da Profa. Dra. Christa Berger.

Para a Igreja Católica brasileira, os anos 1980 representam duplamente um período de transição, tanto por sua relação com a política quanto por seus rumos internacionais enquanto instituição. Trata-se da “década em que os destinos do catolicismo brasileiro se mesclaram de modo *particularmente* inextricável aos da nação e da Igreja mundial” (DELLA CAVA e MONTERO, 1991: 52). As décadas que antecedem, no plano nacional, caracterizam-se por uma posição ambígua da Igreja em relação ao regime militar, ora fornecendo base e apoio ao golpe, ora assumindo postura de enfrentamento perante o Estado de exceção (SOUZA, 2009). A própria participação do catolicismo no processo de abertura vem sendo considerada por autores como Della Cava e Montero (1991) como “conjuntural”.

Por outro lado, novas perspectivas para a Igreja Católica no país se consolidam a partir do final dos anos 1970. A ascensão de João Paulo II como sumo pontífice (1978) e a realização da III Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) na cidade mexicana de Puebla de Los Angeles (1979) são eventos que terão implicações diretas nos rumos da Igreja e de seus meios de comunicação. A “opção preferencial pelos pobres”, ratificada por João Paulo II em seu pronunciamento em Puebla, tornou-se a bandeira dos católicos progressistas na América Latina. Contudo, o discurso aparentemente “progressista” do Vaticano revelava-se restauracionista na prática, operacionalizando o mesmo mecanismo que adaptou aos propósitos centralizadores e restauradores da “autoridade” da Cúria Romana às idéias renovadoras do Concílio, dos encontros latino-americanos (Puebla e Medellín) e das correntes teológicas libertadoras (Teologia da Libertação) (DELLA CAVA e MONTERO, 1991: 54). A rígida e irrestrita posição sustentada pelo Vaticano sobre a defesa dos valores naturais nos últimos anos deixa bem claro a vitória da “virada conservadora”.⁶

O projeto restauracionista também vai repercutir numa preocupação mais acurada com a problemática da família, assunto que ganha atenção especial de João Paulo II, sobretudo nos primeiros anos de seu pontificado. Nos anos 1980, temos o lançamento de importantes documentos pelo Vaticano referentes à temática da família: a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (1981), a Carta dos Direitos da Família (1983), o Novo Código de Direito Canônico (1983) – tendo incluso neste o novo Catecismo da Igreja Católica com diversas referências doutrinárias ao tema. Também se destacam as manifestações por parte da CNBB, como o documento *Em prol da família e em defesa da vida*, em reação aos

⁶ Igualmente eloquente é o caso do franciscano Leonardo Boff, silenciado pela Sacra Congregação para a Doutrina da Fé, por suas idéias consideradas libertadoras e renovacionistas. Sobre o caso, consultar a narrativa de Boff (1985).

projetos sobre legalização do aborto. Em todos os documentos citados, a Igreja se posiciona veementemente contra o aborto sob qualquer hipótese, fundamentada no argumento de ser “a favor da vida”. Podemos acrescentar a estes um documento anterior, a constituição pastoral *Gaudim et Spes* (1965), promulgada durante o Concílio Vaticano II, que rechaça “o que viola a integridade da pessoa humana”, ao enumerar o aborto e a eutanásia juntamente com toda espécie de homicídio e “tudo quanto se opõe à vida” (PAULO VI, 1965). Em outro momento, o texto cita o aborto e o infanticídio como “crimes abomináveis” (ibidem)

Nos anos 1980, o tema passa a pontuar os discursos das constantes viagens apostólicas de João Paulo II ao redor do mundo⁷, levando alguns autores católicos a considerá-lo como um “destemido e ardoroso defensor da família” (GUIMARÃES, 1995), enquanto outros assinalam na insistência do papa com o tema um mote para pronunciar sua percepção fundamentalista do assunto, sobretudo no que se refere à moral sexual (URQUHART, 2002). O viés tradicionalista está bem expresso na publicação, em 22 de novembro de 1981 da Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, resultado do sínodo dos bispos realizado no ano anterior. O documento reafirma a defesa da família face ao que denomina “degradação dos valores fundamentais”, lançando críticas pormenorizadas ao que chama “matrimônio à experiência”, “uniões livres de fato”, “separados e divorciados sem segunda união” e aos “divorciados que contraem nova união” (JOÃO PAULO II, 1982). Face a este quadro de flexibilização dos relacionamentos, a autoridade papal vai descrever ações pastorais específicas para as chamadas “situações irregulares” a igreja lança mão de suas convicções para reivindicar uma maior “comunhão interpessoal” (PETRINI, 2005) em reação ao contexto crescente de individualismo, reafirmando sua autoridade doutrinária perante os avanços modernos. Num mundo marcado pelo hedonismo e pela constante secularização das formas de vida, o discurso da *Familiaris Consortio* convida a família cristã a “santificar-se e a santificar a comunidade cristã e o mundo” (JOÃO PAULO II, 1983: 68).

O contexto comunicacional dos anos 1980⁸, por outro lado, se traduz numa Igreja preocupada em se fazer presente na mídia de forma não-dogmática, fugindo do discurso

⁷ Nosso recorte temporal coincide com o início da década a visita de João Paulo II, em julho de 1980, que se estabelece como o maior acontecimento midiático referente à Igreja até então ocorrido no país, cuja cobertura mobilizou de forma maciça tanto imprensa religiosa como leiga. Em consequência, proporciona-se ampla divulgação aos discursos do papa no Brasil, nos quais dirige-se com frequência à problemática da família e da valoração da vida.

⁸ A década de 1980 também se destaca por outros fatos: o debate em torno da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), defendida pela Igreja como a forma de diminuir as discrepâncias

moralista em seus meios para levar em consideração as diferentes tendências da sociedade moderna. Os documentos pontifícios *Inter Mirifica* (1963) e *Communio e Progressio* (1971) representam no campo das comunicações o intenso sentido de *aggiornamento* que se desenrola na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II. A partir deste, a imprensa católica sofre uma virada estrutural, que transforma tanto sua maneira de se caracterizar enquanto dispositivo midiático quanto sua forma de construir seu discurso sobre valores e posturas morais. Ao invés de se opor radicalmente aos valores modernos, o catolicismo passa a propor seus modelos de conduta em posição de acompanhamento quanto à renovação da sociedade, assumindo integralmente os novos valores, desde que não rompa com os preceitos mais fundamentais como o direito à vida (PRANDI, 1975). A Igreja Católica, desse modo, alterna entre rejeição e adaptação sua conduta face à experiência moderna (BERGER, 1985).

Movimento feminista brasileiro na redemocratização

As modificações contextuais referendam o interesse na observação de um momento de transição como o início dos anos 1980, especialmente no caso brasileiro. As transformações podem ser compreendidas a partir de duas principais ramificações. No plano tecnológico e comunicacional, vemos um mundo em processo de midiaticização ainda nos primeiros passos quanto à informatização e redes telemáticas (RODRIGUES, 2000). No viés sócio-político, temos um país em processo de democratização, mobilização pelo voto direto (diretas-já) e uma progressiva estagnação econômica. Por outro lado, o momento concretiza um grande desenvolvimento no plano social em relação aos anos anteriores, sobretudo pela evidência cada vez mais marcante dos movimentos sociais na política brasileira – é o momento das grandes greves do ABC e dos primeiros passos do Movimento Sem Terra – mas também pelas repercussões das revoluções ocorridas internacionalmente nas décadas de 1960 e 1970, que se desdobram no Brasil na emergência do movimento feminista.

O feminismo brasileiro tem como marco histórico a celebração do Ano Internacional da Mulher, em 1975, que suscitou uma série de debates em torno da condição feminina e a criação de movimentos e grupos como o Centro da Mulher Brasileira (CMB), do Rio de Janeiro. Apesar de sua emergência relativamente recente em repercussão ao impulso dado

comunicacionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; e a entrada da Igreja na produção direta de produtos culturais eletrônicos (vídeos, programas de rádio e televisão, fitas cassete, slides, etc.).

pelo movimento feminista internacional, sobretudo nos EUA e Europa na década de 1970, o feminismo não representa um novidade na história o Brasil. Conforme salienta Teles (2003: 12), o feminismo está presente ao longo dos anos nas mais diversas gradações, e *“suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular (...)”*. Por isso, alguns autores intitulam de “segunda onda” (PEDRO, 2006) o feminismo que se instaura a partir de meados dos anos 1970, por suceder os movimentos de disputa pelos direitos políticos e a entrada no mercado de trabalho, enfrentados pelas mulheres brasileiras a partir das primeiras décadas do século XX.

Observando o feminismo brasileiro em perspectiva histórica, percebe-se que antes dos anos 1980 o movimento estava direcionado para contrapor o regime militar, engajado, principalmente na luta pela anistia. A luta contra o regime e as injustiças sociais eram fomentadas pelo contexto, mas também refletiam a influência da Igreja para que estas entrassem na ordem do dia. Segundo Teles (2003: 184), o catolicismo preferia que o movimento abordasse questões “como a carestia de vida, os baixos salários e as condições de trabalho” a abordar os temas relacionados à sexualidade. A mesma opinião era compartilhada por algumas forças de esquerda, que achavam que a discussão desses temas representava “um desvio da luta de classes”, sem perceberem o quanto a defesa da liberdade do corpo era um ideal que se opunha frontalmente ao regime autoritário, conforme observação da autora. Muitos viam no aborto, por exemplo, “um viés divisionista e pouco relevante socialmente” (BARSTED, 1992: 105) face às demais reivindicações dos movimentos esquerdistas, enquanto outros percebiam nele um privilégio das mulheres dos países mais desenvolvidos, considerando que aqui ainda havia outras questões mais prioritárias para serem debatidas (ibidem: 109).

Dessa forma, nos anos 1970 o movimento irá evidenciar o debate em torno de questões sociais, sobretudo as referentes à situação sociopolítica do Brasil e sua relação com a condição de exploração da mulher. Os anos iniciais delineiam como questões básicas a luta jurídica e trabalhista, especialmente pelo direito à creche; relegando a um segundo plano as questões de natureza sexual e reprodutiva, como o aborto e a contracepção (BARSTED, 1992: 108). A imprensa criada para divulgar as ideias do movimento feminista deixa bem claro a predominância do primeiro escopo de temáticas. Jornais surgidos naquele momento como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* evidenciam um grande número de matérias voltadas a

temáticas mais “sociais”, sobretudo a luta básica pela busca de igualdade e autonomia da mulher numa sociedade patriarcal (LEITE, 2003).

Com a redemocratização, a discussão política irá arrefecer um pouco devido à derrocada da ditadura, dando início a um processo lento, mas gradual, de relativa abertura às reivindicações de caráter mais propriamente feminista. Saúde da mulher, aborto e violência sexual passam a configurar como agenda prioritária do movimento (FREITAS, 2011: 9), passando a repercutir de forma mais ampla na sociedade brasileira. O abrandamento à censura e a instauração de uma crítica à maneira tradicional de se fazer política são fatores que contribuem para a abertura do país a esses “novos debates” ainda no final dos anos 1970 – período intitulado “pós-luta armada” (LEITE, 2003:236) –, momento em que ocorre uma intensificação dos direitos democráticos e um aumento do papel da sociedade civil na discussão desse crescente leque de questões. Em consequência disso, a mídia irá abrir cada vez mais espaço para as questões femininas de uma maneira geral, numa espécie de “apropriação” do movimento feminista (DEBÉRTOLIS, 2002:24). Citam-se os exemplos de programas voltados a um público feminino, como *“TV Mulher, exibido pela Rede Globo o qual contava com Marta Suplicy falando sobre sexualidade, tema que ainda era tabu, e ‘Malu Mulher’, que abordava o cotidiano de uma mulher divorciada e “liberada”* (ibidem). Numa outra direção, em sentido mais “acadêmico”, consta a realização de pesquisas de fôlego sobre a sexualidade feminina, como as realizadas por Branca Moreira Alves (1979) e por Rose Marie Muraro (1983). Todo esse cenário contribui para que as questões especificamente “femininas” e sexuais venham à tona no país, entre elas o direito da mulher interromper voluntariamente uma gestação indesejada.

Barsted (1992: 110) percebe neste momento uma “nova fase de luta pelo direito ao aborto” por parte das feministas, que vão fazer uso dos mais variados expedientes para dar voz às suas percepções da questão, não somente através da grande imprensa e imprensa alternativa, mas também através de “livros, teses, seminários, conferências, panfletagens nas ruas, entrevistas na televisão”. Essa mobilização⁹, ainda segundo a autora, não visava somente à conscientização do público em geral, mas principalmente, buscava-se exercer pressão sobre os congressistas envolvidos com as votações das matérias. Nos anos 1980, o feminismo

⁹ Barsted (1992) descreve em detalhes a atuação movimento feminista pela legalização da questão do aborto naquele momento, sobretudo as várias denúncias sobre os casos de condenação de aborto legal que passam a veicular na imprensa.

consolida-se como força política organizada, que buscava influenciar na implementação de políticas públicas de cunho social por parte do Estado (SARTI, 2004).

O direito à escolha e o direito à vida: o embate sobre o aborto

A questão do aborto¹⁰ passa a pautar vários projetos e ante-projetos de lei a partir da década de 1980, prevendo tanto a legalização ampla como a legalização restrita e gradualista (BARSTED, 1992: 106). Ainda em 1975, o deputado João Menezes propõe no Congresso Nacional projeto de descriminalização do aborto, que provoca manifestações ainda discretas por parte da sociedade e é amplamente rejeitado pelo congresso. Em 1980, ele submete novamente um projeto sobre a matéria, estendendo a ampliação dos permissivos legais para os casos de anomalia fetal e nos casos em que as mães se encontram em condição de extrema pobreza (BARSTED, 1992: 114).

Mas é o projeto de 1983, da deputada Cristina Tavares (PSDB-PE) que vai suscitar uma ampla discussão por parte dos setores que tomam para si a incumbência de defender suas posições ante o debate que se instaura no país. Como Menezes, a deputada busca a ampliação dos permissivos legais, projeto que é rejeitado dois anos depois. Em 1985, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprova o projeto da deputada feminista Lúcia Arruda (PT-RJ) que obrigava a rede pública do estado a prestar atendimento às mulheres nos casos de aborto permitidos pelo Código Penal em vigor. No entanto, o projeto é revogado pelo então governador do estado, cedendo aos apelos da Igreja Católica, em campanha capitaneada pelo cardeal Dom Eugenio Salles (BARSTED, 1992: 120).

Em 1987, inaugura-se um novo período para a discussão do aborto com o início das discussões constituintes. Naquele momento, através do chamado “lobby do batom”, grupos feministas procuram incluir suas pautas no texto da nova Constituição, entre elas, o direito ao aborto. De um lado, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e de outro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, polarizam o embate entre feministas e católicos

¹⁰ A temática da reprodução e da sexualidade instaura-se na legislação brasileira a partir do final do século XIX. O Código Criminal do Império, em 1830, inaugura o tratamento do aborto na legislação brasileira, considerado crime sob qualquer hipótese. Já o Código Penal de 1890 também considerava a interrupção voluntária da gravidez como crime, incluindo atenuantes na punição dos casos de aborto terapêutico (para salvar a vida da mulher) e do aborto sentimental (quando é fruto de estupro). Em vigor até a atualidade, o Código Penal de 1940 segue considerando aborto como crime, mas extingue a punição se o ato for praticado por médico no intuito de salvar a vida da mãe ou em caso de estupro. As penas em caso de condenação por aborto pode ir até 3 anos de reclusão para a praticante. Sobre a trajetória legal da questão do aborto, consultar Freitas (2011).

em torno da questão do aborto, as primeiras pretendendo a descriminalização; e os segundos, a proibição irrestrita da prática. Na Assembleia Constituinte de 1988 as feministas saem vitoriosas, tendo obtido a aprovação de 80% de suas reivindicações (BRAZIL e SCHUMAHER, citados por DEBÉRTOLIS, 2002), com exceção da legalização do aborto.

No entanto, a queda de braço entre católicos e feministas resulta em pouca ou nenhuma modificação da legislação anterior, uma vez que os grupos religiosos também não conseguem a extinção dos permissivos legais, que objetivavam estabelecer na nova constituição. Apesar de todo o amplo debate, o aborto segue sendo considerado crime na maioria dos casos em que se apresenta. Contudo, percebe-se que o processo de redemocratização nos anos 1980, sobretudo após a Constituinte, abre espaço para uma ingerência maior no espaço público de instituições como a Igreja, conforme argumenta Pierucci (2011). Nessa brecha, ao longo de toda a década de 1980, a Igreja Católica vai se fazer ouvir, veiculando um de seus pressupostos mais fundamentais: o direito à vida.

Considerações finais

Quando entram em causa as questões referentes ao sexo e à fecundidade, a Igreja lança mão do argumento da “lei natural”, que coloca a “sabedoria” das leis que regem os processos biológicos e cósmicos à frente dos direitos do homem (FABRI DOS ANJOS, 2008). O pensamento da Igreja aborda a questão do aborto, portanto, dentro de uma perspectiva que coloca fecundidade e reprodução “dentro de um grande berço antropológico e espiritual”, no qual o amor humano é concebido enquanto corpóreo e espiritual, cujas dimensões são indissociáveis (ibidem). Trabalha, desse modo, com o amor humano concebido dentro de um contexto de amor heterossexual, restrito ao contexto do matrimônio e voltado à procriação. Nesse sentido, a orientação geral é de rechaçar peremptoriamente tudo o que siga na direção contrária: aborto, anticoncepcionais, homossexualismo, divórcio, masturbação. Para isso contribui também uma atitude geral de condenação ao novo, fundamentando suas posições nos textos bíblicos e na ideologia da família tradicional, liberal e burguesa (FORCANO, 1996: 351).

Face a um contexto de secularização e flexibilidade nas relações, a Igreja parece “retroceder”, se afiliando a valores que remontam a sua tradição secular. Buscando legitimar-

se enquanto campo e reafirmar-se instituição, com seu discurso contrário ao aborto a Igreja impõe a seus seguidores a rigidez de uma “pertença doutrinal” (FOUCAULT, 2002). Poderíamos citar essa tendência no que Berger (1985: 160) salienta como a “redescoberta das heranças confessionais”, um “movimento compensatório” de diferenciação dentre as demais orientações religiosas na modernidade, como forma das instituições se redefinirem perante o diálogo promovido pelo ecumenismo. Desse modo, a recusa ao direito ao aborto representaria para a Igreja não somente um apelo dogmático, mas parte de uma estratégia de sobrevivência no contexto de crise da pós-modernidade.

Referências

- ALVES, Branca Moreira [*et alii*]. Sexualidade feminina: algumas considerações sobre identidade sexual e identidade social. *Escrita/Ensaio*, São Paulo, 5: 104-7, 1979.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BARSTED, Leila de A. L. Legalização e Descriminalização: 10 anos de luta feminista. In.: *Estudos Feministas*, n. 0, CIEC/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- BEOZZO, Oscar J. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERGER, Christa. Jornalismo e Memória e Ditadura. In: *Anais do 6º Congresso Sopcom/4º Congresso Ibérico*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009, p. 4291-4301.
- _____. O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico. In.: *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, n. 2, 2010, p. 17-25.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- BOFF, Leonardo. *Minha convocação à Roma junto às instâncias doutrinárias da Igreja e a comunicação*. In.: SOARES, Ismar & PUNTEL, Joana. *Comunicação, Igreja e Estado na América Latina*. São Paulo: Paulinas/UCBC, 1985.
- BORGES, Vavy P. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. História de uma esperança e muitos desenganos (1926-1932)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CAPELATO, Maria H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- DALMOLIN, Aline. *A Rainha de Lauro Trevisan: Modernização e Religiosidade*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGCOM/Unisinós, 2007.
- DEBÉRTOLIS, Karen S. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Fabico/UFRGS, 2002.
- DELLA CAVA, Ralph; MONTERO, Paula. *E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil (1962-1989)*. Petrópolis: Vozes, 1991.

- FABRI DOS ANJOS, Márcio. Anticoncepcionais e Igreja: *Humanae Vitae*, 40 anos depois. Entrevista ao IHU Online em 22 de abr de 2008. Disponível em http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=32698&lang=PT
Acesso em 19 mar 2010.
- FORCANO, Benjamín. *Nova Ética Sexual*. São Paulo: Musa Editora, 1996.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso (2002). Tradução de Edmundo Cordeiro de *L'Ordre du discours*, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.
- FREITAS, Ângela. *Aborto: guia para profissionais da comunicação*. Recife: Grupo Curumim, 2011.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo: como se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.
- GUIMARÃES, Almir R. *A família e a civilização do amor*. Comentários à carta às famílias de João Paulo II. Petrópolis, Vozes, 1995.
- JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LEITE, Rosalina de S. C. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. In.: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PAULO VI. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965). Disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html
Acesso em 30 nov 2009.
- PEDRO, Joana M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.
- PETRINI, João C. Para compreender o amor humano. In.: João Paulo II. *Homem e mulher o criou: catequeses sobre o amor humano*. Bauru: Edusc, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

- PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos estudos CEBRAP* 2011, n.89, pp. 6-15. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/01.pdf>. Acesso em 31 mai 2011.
- PUNTEL, Joana T. *A revista Família Cristã e as classes subalternas*. Dissertação de Mestrado: São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação/ Universidade Metodista de São Paulo, 1986.
- RODRIGUES, Adriano. Experiência, modernidade e campo dos media. In.: SANTANA, R.M. (org.). *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Revan; Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000, p. 169-213.
- SARTI, Cyntia A. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004, p. 35-50.
- SILVA, Michele B. da. *Comunicação - Jornal Versão Semanal e Revista Família Cristã: uma abordagem hermenêutica*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/PUCRS, 2002.
- SOUZA, Admar M. *Estado e Igreja Católica. O movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.
- TELES, Maria A. *Breve história do feminismo no Brasil*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- URQUHART, Gordon. *A armada do papa: os segredos e o poder das novas seitas da Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record, 2002.